



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR – FAPS

**REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FAPS**

ATA Nº 14/2013

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e treze, às oito horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões do Instituto, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo do FAPS: João Carlos da Costa e Silva, José Carlos Matos, Gilberto de Oliveira Ramos, Paulo Ivan Rodrigues Vega e José Marly dos Santos Brando, Terezinha Varreira conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, Rosane de Fátima Carneiro, Vilson Leme dos Reis, Luciane Maraschin e Gevaldino Souza de Oliveira. Vilson assume a titularidade, nesta reunião, devido à ausência do Conselheiro Edelvan. Foram convidados a participar da reunião: João Batista Moreira da Rocha, Diretor Administrativo do FAPS; Vinicius de Vargas Bacichetto, Diretor Financeiro do FAPS; José Guilherme Fardin, atuário do Instituto. O Presidente do Conselho, Sr. José Carlos, iniciou a reunião com a leitura e apreciação da pauta: aprovação e assinatura das atas 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 13/2013 (treze barra dois mil e treze); aprovação da Minuta de Resolução (despesas com servidores do FAPS); processo do adicional noturno; política de investimentos para 2014 (dois mil e quatorze) e assuntos gerais. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passado para o primeiro ponto da pauta que se refere aprovação e assinatura das atas 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 13/2013 (treze barra dois mil e treze), que foram aprovadas por unanimidade. No que diz respeito à aprovação da Minuta de Resolução (despesas com servidores do FAPS), segundo ponto de pauta, José Carlos leu a proposta elaborada pelo João Batista a qual foi aprovada, por unanimidade, pelos Conselheiros. Em relação ao processo do adicional noturno, terceiro ponto da pauta, João Batista comentou que foi protocolado um processo na Secretaria de Recursos Humanos referente à incorporação das gratificações de natureza precária, entre elas: FG, CC, adicional noturno, insalubridade, periculosidade e difícil acesso. Ele salientou que a Susan, Diretora de Benefícios Previdenciários vêm apontando há bastante tempo o problema existente no Decreto que regulamentou o adicional noturno, sendo que o mesmo está além da lei. João Batista salientou que em dezoito de setembro chegou o processo para análise, em caráter de urgência. Ele esclareceu alguns pontos do referido processo. José Carlos questionou se a exposição realizada pelo João Batista é para apreciação ou para conhecimento. João Batista disse que era somente para conhecimento. José Carlos é da opinião que temos que fazer um estudo para apontar uma solução. Ele sugeriu que o Presidente do IPAM convoque uma reunião no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e que a cópia deste documento fique disponibilizada para apreciação de três ou quatro Conselheiros que irão se apropriar melhor da situação visando à alteração de legislação. Ficou decidido que irão participar do estudo: José Carlos, Brando, Rosane e Paulo. José Carlos passou para o último ponto da pauta que se refere à política de investimentos para 2014 (dois mil e quatorze), esclareceu a razão da participação do Fardin, ou seja, foi informado pelo mesmo que uma das suas atribuições se refere à política de investimentos. Vinicius comentou que a ideia do Comitê é de apresentar a política para o ano de 2014 (dois mil e quatorze) que ela seja aprovada neste momento, sendo que para o próximo ano, dependendo das orientações do Ministério da Previdência, fossem realizadas as modificações que se fizerem necessárias, se for o caso. Ressaltou que, se necessário, o Comitê de Investimentos irá se reunir novamente para as adequações conforme o mercado financeiro. Vinicius e Luciane esclareceram os Conselheiros sobre política de investimentos e quais são as propostas referentes às alterações de percentuais para a realização das aplicações, sendo que ele fez um paralelo entre o que está sendo praticado neste ano, a proposta para o próximo ano e o que está previsto em Lei. José Carlos comentou que durante o período do cálculo atuarial, uma das questões que foram discutidas, se refere a redução da meta atuarial, hoje é o IPCA mais 6% (seis por cento), que afetaria a nossa alíquota. Ele questionou o Fardin como está esta questão atualmente. Fardin respondeu que com relação a taxa de juros, numa reunião que participou em Brasília no Ministério de Previdência, foi colocado que será iniciada uma ação de fiscalização das "Políticas de Investimentos" para averiguar qual a forma que as mesmas estão sendo realizadas. Fardin ressaltou que isso são posições do Ministério e não normas, mas apenas ações que estão sendo realizadas. Ele comentou que iremos recuar da proposta de segregação tendo em vista algumas mudanças que ocorreram. Brando pontuou que a nossa meta que é de 6% (seis por cento) mais IPCA será muito difícil de ser alcançada no próximo ano. Por outro lado, ficou claro que, a segregação de massa foi para o espaço, não existe mais. Brando disse que se baixarmos a meta atuarial corremos o risco de ter que aumentar o aporte financeiro. Fardin comentou que como o Plano Atuarial deverá ser um modelo capitalizado normal, sem ser segregado, a taxa de juros de 6,00% (seis por cento) ao ano utilizada na Política de Investimentos apresentada pelo Vinicius deverá ser aprovada pelo Ministério com mais facilidade do que se fosse um modelo Segregado, mas que para 2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
MARCIA SA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

(dois mil e quinze) esta taxa deverá ser revista. Brando sugeriu que não seja aprovada, neste momento, a Política de Investimentos tendo em vista os eventos que irão acontecer neste mês, como por exemplo, o da AGIP em Porto Alegre e o de Brasília, pois para ele quanto mais consolidarmos melhor. José Carlos questionou se não ficará apertado para a aprovação. Luciane disse que fica apertado porque depende da ata estar pronta e assinada por todos os Conselheiros, para poder publicar a Política de Investimentos no Jornal do Município e após, enviar para o Ministério da Previdência. João Batista disse que o prazo é até 31 (trinta e um) de dezembro do corrente, ou seja, tem que ser aprovado e assinado até o dia 20 (vinte). Ele acrescentou que no mês de dezembro sempre é publicado dois Jornais do Município, geralmente nos dias 15 (quinze) e no dia 30 (trinta). Brando sugeriu que, caso não surja nada de novo, a proposta apresentada, nesta reunião, sobre a política de investimentos para 2014 (dois mil e quatorze) está aprovada. A sugestão foi aceita por unanimidade. **Nos assuntos gerais:**

- a) Foi confirmado com os Conselheiros o recebimento dos documentos: 1º. "Tabela de Aplicações", referente o mês de setembro do corrente, que foi encaminhada pelo Vinicius, Diretor Financeiro do FAPS. 2º. Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, referente a setembro do corrente, encaminhado pelo João Batista, Diretor Administrativo do FAPS. 3º. Evolução das receitas com contribuições previdenciárias e das despesas com pagamento de benefícios previdenciários no período de agosto/2012 (dois mil e doze) a setembro/2013 (dois mil e treze), encaminhado pelo João Batista, Diretor Administrativo do FAPS. Todos os documentos mencionados acima foram enviados por e-mail.
- b) José Carlos comentou que ficou decidido, na última reunião, que seria encaminhado um documento para o Executivo com os cenários propostos do cálculo atuarial por este Conselho. Entretanto conforme informação do Fardin estes cenários não são mais viáveis. José Carlos solicitou que o Fardin esclareça aos Conselheiros sobre estas alterações. Fardin comentou que na penúltima reunião as propostas aqui decididas foram levadas para análise em Brasília, na reunião que ele participou. Ele acrescentou que o Ministério tem a seguinte posição: Os planos segregados não podem ser mais compostos com taxa de juros de 6% (seis por cento) e sim de 4,5% (quatro e meio por cento) porque justamente uma das questões que envolve o plano segregado é a capitalização de recurso da parte previdenciária e isso gera um déficit e o plano previdenciário não pode gerar déficit. Tendo em vista que o modelo segregado se tornou muito caro e mais caro ainda para o ente patronal o Ministério praticamente fechou a porta para ele. Sendo que desta maneira a única forma é equacionar o déficit em alíquotas suplementares de uma maneira gradual em que o Município vai gradualmente aumentando a sua contribuição. José Carlos questionou o Fardin o que irá acontecer caso o Governo entender que só tem que aumentar a alíquota tanto por parte dele quanto da nossa, mas que não é necessário mexer no suplementar. Fardin respondeu que nesta situação teremos uma dificuldade maior na aprovação do Ministério, para o cálculo atuarial, mas tudo vai depender do que vai ser feito no ano que vem. Ele salientou que no ano de 2015 (dois mil e quinze) haverá, provavelmente, uma reforma previdenciária, ou seja, novas regulamentações, novos prazos. José Carlos falou que na última reunião o Vinicius lembrou os cenários que foram solicitados pelo Governo, ou seja, o plano de aumento de alíquota, o plano segregado sem aumento de alíquota e o plano segregado com aumento de alíquota. No entanto, diante da exposição do Fardin temos apenas um cenário possível que é o plano com aumento de alíquota. Vinicius solicitou que o Fardin faça um levantamento que conste o aumento da suplementar e outro sem o aumento da suplementar para vermos qual é o impacto e quais as consequências disso. Caso uma delas não seja possível a implementação o Fardin deverá justificar tecnicamente o motivo pelo qual não existe a possibilidade. A proposta foi aprovada por unanimidade.
- c) Brando informou que no período de 11 (onze) a 13 (treze) do corrente estará em Brasília, num evento regional da ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais, como representante da AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública.
- d) Brando comentou que nos dias 19 (dezenove) e 20 (vinte) de novembro do corrente a AGIP realizará a Atividade Técnica "Perspectivas e composição de Carteiras de Investimentos dos RPPS em 2014 (dois mil e quatorze)", em Porto Alegre no Centro de Eventos da AIAMU. Ele solicitou que alguém do Instituto participe do evento devido a sua importância. Vinicius informou que ele e a Luciane irão participar.
- e) Brando comentou que o Conselho Editorial do Informe IPAM divulgou a entrega do Prêmio, mas não mencionou quem foi a pessoa que representou o Instituto no referido evento. Resaltou que no Jornal da ANEPREM, foi divulgado. Salientou que sempre procurou dar visibilidade ao trabalho que é realizado dentro do Instituto. Vinicius informou que o nosso Informe é revisado pela área da Comunicação da Prefeitura e que, nesta, em especial sofreu várias alterações.
- f) João Batista comentou que no próximo ano acontecerá as eleições para os Conselhos do FAPS e demonstrou preocupação no fato de que tem escutado com frequência de alguns servidores que não tem mais interesse em se candidatar. Para ele temos que começar agora a trabalhar em ações que visem despertar o interesse dos colegas. Ele sugeriu que a nossa área de serviço social e a nossa área de benefícios levem ao servidor informações sobre o fundo. José Carlos comentou que em Ijuí, num Seminário Regional, foram muito bem recebidos e que o evento foi realizado durante o horário de trabalho. Ele acrescentou que tem um mural na entrada no Instituto que consta as informações referentes às aplicações. José Carlos falou que o Prefeito participa de algumas reuniões e salientou a importância dos Conselheiros participarem dos eventos que visam à capacitação dos mesmos. Gevaldino reafirmou sua colocação, já pontuada em outras reuniões, de que daqui há 10 (dez), 15 (quinze) anos ou mais seremos

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

Handwritten signature: Gevaldino Marcia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

lembrados pelo que fizemos, mas também seremos lembrados principalmente pelo que não fizemos. g) José Carlos comentou que não esqueceu que temos que agendar uma reunião extraordinária com o Bannisul. h) José Carlos comentou que estamos com problema em relação à ata nº 02 (dois), pois uma Conselheira não quer assinar porque ela tem um entendimento diferente de um assunto que ali está elencado. José Carlos virá ao Instituto, na tarde de hoje, para ouvir toda a gravação da referida reunião para averiguar o que foi colocado. Salientou que enquanto não temos as assinaturas as atas não podem ir para o site. i) José Carlos comentou que no seu entendimento é preciso que os gestores saibam as suas atribuições, pois não acho correto que o Vinícius esteja trabalhando em questões administrativas, não acho correto, também, que sejam dados encaminhamentos financeiros pelo João Batista. Ele disse que é preciso saber quem é quem e jogarem dentro do mesmo time e sugeriu que os Diretores façam uma reunião com o Presidente do IPAM para definir claramente as referidas funções. José Carlos disse que isso está trazendo dificuldades. Vinicius falou que uma questão muito importante é a capacitação interna, sendo que dos 05 (cinco) membros do Comitê de Investimento apenas 3 (três) possuem o CPA-10. Ele questionou quantos membros dentro do Conselho Deliberativo têm o certificado. j) José Carlos solicitou que o João Batista realize a prova o CPA-10, pois ele fez o curso preparatório para a mesma. k) João Batista comentou que existe uma Comissão nomeada através de Portaria para a realização do estudo e proposta de reforma administrativa do IPAM. Foi informado que esta Comissão está realizando estudos que irão demonstrar a importância da separação do FAPS e da Saúde e quais as consequências se isso não ocorrer. Alguns Conselheiros questionaram que será feito caso o Governo não aceite a exposição de motivos. Foi esclarecido que isso é outra questão, pois o estudo estará registrado, ou seja, se o FAPS falir não será por omissão daquela Comissão. João Batista informou que caso não haja alterações na gestão do FAPS ele pedirá exoneração do cargo. João Carlos falou que não sabe se permanecerá neste cargo caso algo não seja feito porque está muito difícil administrar os dois com demandas completamente diferentes. José Carlos comentou que, no que diz respeito a separação do FAPS e da Saúde, no Conselho da gestão passada os quatro membros eleitos votaram a favor e os quatro representantes do Governo votaram contra, inclusive ele. Ele ressaltou que, antes de mais nada temos que saber qual é a vontade política do gestor a este respeito. Ficou decidido que: 1º. Será convocada uma reunião no prazo máximo de 15 (quinze) dias para debater sobre a minuta de projeto de lei que regulariza o adicional noturno. 2º. Caso não surja nada de novo a proposta apresentada, nesta reunião, sobre a política de investimentos para 2014 (dois mil e quatorze) está aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA ARAUJO